



Senadores divergem sobre royalties do petróleo 6 e 7

MP da dívida de estados com Pasep perde a validade amanhã 7

Comissão de Orçamento vai ouvir gestores de obras irregulares 9

Avança texto que remunera agricultor por preservar mata 11

Indústria quer benefício maior na MP que reduz tarifa elétrica 12



Moreira Matiz/Agência Senado

Senadores votam em Plenário proposta enviada ao Congresso pelo Poder Executivo e que faz parte do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional

Vai a sanção projeto para evitar presídios lotados

Mudança no Código de Processo Penal permitirá que juízes considerem o tempo de prisão provisória no momento em que fixarem o regime inicial da pena, facilitando a liberação de quem cumpriria prazo além do previsto 4

Publicidade em outdoors terá imposto sobre serviços 4

Lesão por esforço repetitivo pode levar à aposentadoria 5



Gerardo Magela/Agência Senado

Jayme Campos preside reunião que aprovou mudança no Bolsa Família

Segue à Câmara texto que beneficia doente de câncer com Bolsa Família

Aprovado em caráter terminativo ontem na Comissão de Assuntos Sociais,

projeto habilita famílias com doente de câncer a receber benefício social. 5

Lançada revista *Em Discussão!* que trata de mortes em motocicletas 2

Senado reforça campanha nacional antirracismo 3



Marcos Oliveira / Agência Senado

Paulo Paim, Benedita da Silva, José Sarney, Luiza Bairos, Luiz Alberto e Janete Pietá: adesão do Senado a ação federal

DataSenado aborda violência contra negro 3



Gerardo Magela/Agência Senado

Ronaldo Medina, Lídice da Mata, Rodrigo Bethlem, Carlos Arthur Nuzman e Leonardo Gryner discutem a MP que isenta serviços relacionados aos jogos

Olimpíadas beneficiarão indústria, diz Nuzman 8

Publicação traz reportagens sobre o crescimento dos acidentes envolvendo motociclistas no Brasil e apresenta propostas debatidas no Senado para reduzir o problema

CAS lança nova edição da revista *Em Discussão!*

A 13ª EDIÇÃO da revista *Em Discussão!*, sobre a violência no trânsito envolvendo motocicletas, foi lançada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A publicação foi apresentada pelo presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT), e pela senadora Ana Amélia (PP-RS), que coordenou dois debates na comissão sobre o assunto.

Assim como os debates na CAS, a revista destaca como a população brasileira vem aderindo às motocicletas nas últimas décadas: de 1,9 milhão de motos em 1998, chegamos a 19,5 milhões este ano. Mas o país não se preparou para receber esse contingente, aumentando o conflito que deve matar mais de 15 mil motociclistas em 2012.

— O Brasil é um dos campeões de acidentes de trânsito no mundo. Nosso trabalho é tentar reduzir esses números impressionantes — disse Jayme.

As oportunidades de trabalho para motoboys e mototaxistas, a grande quantidade de motos no interior do país, os custos socioeconômicos dos acidentes e as propostas no Senado para reduzir o problema são alguns dos assuntos tratados nas reportagens.

Ana Amélia destacou fotografia da revista que mostra acidente envolvendo uma motocicleta em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília.

— Isso demonstra o tamanho do problema. Aquela motocicleta não estava caída na periferia ou outro bairro,



Entre Fernando Cesar Mesquita e Ana Amélia, Jayme Campos lembra, no lançamento da revista, que o Brasil é um dos campeões mundiais de acidentes de trânsito

mas no centro do poder do país — disse a senadora, que às 15h de sábado vai lançar a revista na 58ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Ela anunciou que, com base nas discussões realizadas na CAS, apresentou projeto (PLS 376/12 — Complementar) que impede contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), destinado a campanhas de prevenção a acidentes. Segundo a ONG Contas Abertas, mais de R\$ 741 milhões dos R\$ 921 milhões previstos para o fundo em 2012 foram retidos pelo Tesouro Nacional.

Estudos e ações

A revista *Em Discussão!* aborda temas debatidos pelas comissões do Senado com participação de especialistas, autoridades e técnicos que atuam nas áreas examinadas. O

objetivo é consolidar informações e análises para subsidiar estudos e ações. Em edições anteriores, a publicação trouxe temas ligados à infraestrutura nacional, como aviação e banda larga, e da área social, como o enfrentamento ao crack, trabalho escravo, entre outros.

— O que se discute no Senado com competência tem de ser levado ao público de maneira eficiente. A revista é uma contribuição para que o país saiba do trabalho sério dos senadores — afirmou Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, responsável pela publicação.

A revista, de 80 páginas, tem tiragem de 2.500 exemplares, distribuídos a instituições e especialistas envolvidos no tema abordado em cada edição. A publicação também pode ser encontrada na internet (www.senado.leg.br/emdiscussao).

“Um alerta para a sociedade”, diz Ana Amélia em Plenário

Ana Amélia (PP-RS) destacou em Plenário o lançamento de edição da revista *Em Discussão!*. Ela lembrou que a publicação baseia-se em debate realizado na CAS em maio e em uma grande audiência pública no Auditório Petrônio Portella, em setembro, com participantes de todo o país.

— A revista tem um valor muito grande de alertar a sociedade brasileira para este grave problema. Acidente envolvendo moto já é uma epidemia com enormes

custos sociais para o país — afirmou a senadora.

No seminário em setembro, especialistas destacaram que o crescente uso de motocicletas no Brasil é acompanhado de expressivo aumento de acidentes envolvendo motociclistas, com elevação do número de mortes, situação que os debatedores classificaram de uma “epidemia de óbitos”. Em 2010, das cerca de 43 mil mortes causadas por acidentes de trânsito, quase 11 mil envolveram motociclistas.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO: Regime de precatório**
14h Na pauta, entre outras matérias, o projeto que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatório até dezembro de 2012.
- ▶ **PRESIDÊNCIA: Acordo com UnB**
11h José Sarney assina protocolo de intenções com a UnB sobre comércio de livros; às 12h, recebe Eurico Galhardi, representante das empresas de transportes urbanos; às 16h, preside a ordem do dia.
- ▶ **CRA: Debate com ministros**
8h30 A integração da pesquisa e extensão rural será debatida entre os ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

- ▶ **CCT/CAS/CMA/CDR: Telecomunicações**
9h As comissões debatem políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à infraestrutura de telecomunicações.
- ▶ **CDH: Previdência dos portuários**
9h Em debate, o Fundo de Previdência Complementar dos Portuários, com representantes da categoria.
- ▶ **CE: Primeira infância**
10h “O desenvolvimento integral da criança — da teoria à prática” estará em debate hoje na comissão.
- ▶ **CRE: Embaixadores**
10h Comissão examina indicações de embaixadores para Bangladesh, Itália (junto com Malta), Malauí e Congo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz debateu ontem direitos da criança

Falta de estrutura, barreira ao registro civil

A secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Angélica Goulart, afirmou ontem que a falta de estrutura em algumas localidades do país dificulta o registro de nascimento, apontado por ela como um dos direitos básicos da criança. Ela participou dos debates de ontem da 5ª edição da *Semana de Valorização da Primeira Infância e*

Cultura da Paz, cujo tema é “O desenvolvimento integral da criança — teoria e prática”.

— O que estamos precisando é de uma universalização e estruturação para a emissão do Registro Civil de Nascimento. Precisamos equipar os Conselhos Tutelares e capacitar os conselheiros para implantar este tipo de política — afirmou Angélica. Rogério da Veiga, do

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destacou a diretriz do Programa Brasil Carinhoso que busca garantir renda mínima de R\$ 70 por pessoa para as famílias que tenham, pelo menos, uma criança com até seis anos de idade.

A programação continuou à tarde com palestra da professora Marilena Flores Martins.

Para ministra da Igualdade Racial, pesquisa do DataSenado revela que o Brasil finalmente está se reconhecendo como país racista, o que facilita o combate do preconceito

Ao lado de José Sarney, a ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, fala na cerimônia de adesão do Senado à campanha do governo federal contra o racismo



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para 56%, morte de negro choca menos que de branco

A MAIOR PARTE dos brasileiros (55,8%) concorda com a seguinte afirmação: “A morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco”. A constatação é de uma pesquisa realizada pelo DataSenado com 1.234 pessoas de 123 municípios entre os dias 1º e 11 de outubro.

O levantamento também mostrou que, para 55,1% dos entrevistados, é correto afirmar que “a principal causa de homicídios de jovens negros é o racismo”.

Os resultados do levantamento *Violência contra a Juventude Negra no Brasil* foram divulgados ontem, na solenidade em que o Senado aderiu à campanha Igualdade Racial é pra Valer, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Para a ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, os dados mostram que a vida de um branco e a de um negro têm valores diferentes no Brasil:

— Isso ocorre por causa dos estereótipos e das imagens negativas que o racismo cola no negro. O racismo é uma tentativa de desumanização dos grupos considerados inferiores.

A ministra consegue enxergar um ponto positivo na fotografia mostrada pela pesquisa. Segundo ela, “os brasileiros estão



Fonte: DataSenado

perdendo o medo de revelar conflitos derivados do racismo que existem na sociedade”:

— Isso é muito bom. Significa que o problema está sendo admitido. Ganhamos mais condições para combatê-lo.

Pobres e ricos

Para a maioria dos entrevistados (62,3%), jovens brancos e negros são mortos por violência na mesma quantidade. Para uma parcela relativamente pequena (31,4%), os jovens negros são mortos em maior quantidade. Apenas 26,3%

acreditam que a cor dos jovens tem influência na quantidade de mortes.

Dados do Ministério da Saúde, entretanto, revelam que a realidade é diferente daquela imaginada pelos brasileiros: dos homicídios de jovens no país, 75% vitimam negros. As mortes de jovens negros passaram de 14 mil em 2000 para mais de 19 mil em 2010.

A noção de que no Brasil a violência mata mais pobres do que ricos, porém, é compartilhada por 90,4% dos entrevistados.

DataSenado: solução para racismo é educação

Na opinião de 36,4% dos entrevistados pelo DataSenado, a principal ação para combater o racismo é melhorar o ensino na escola. A mudança nas leis foi apontada por 22,7%. Para 20,8%, a solução está na garantia do cumprimento das leis.

— A partir da pesquisa, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário poderão fazer um trabalho de combate mais forte contra o preconceito — afirmou Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, o poder

público agiu acertadamente ao aprovar o Estatuto da Igualdade Racial e a política de cotas nas universidades — mudando a legislação e apostando na educação, tal qual desejam os entrevistados pelo DataSenado.

Violência

Questionados sobre as causas da violência contra a juventude, 63% citaram aspectos sociais e 34,8% disseram ser fatores comumente associados ao comportamento juvenil de

risco. Quando inquiridos especificamente sobre a principal causa de morte entre os jovens, a maioria indicou drogas (56,2%), acidentes de trânsito (22,4%) e homicídios (19,8%).

O presidente do Senado, José Sarney, se disse indignado com a banalização da violência. Ele é autor de um projeto de lei que aumenta a repressão aos homicídios (PLS 38/12).

— Os crimes dessa natureza não chocam. Precisamos restaurar o valor da vida.

Senado entra em campanha nacional contra preconceito

O Senado aderiu à campanha Igualdade Racial é pra Valer, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Lançada no ano passado, a iniciativa busca chamar a atenção para a discriminação e incentivar ações do Estado, do setor privado e da sociedade contra o racismo.

O presidente do Senado, José Sarney, assinou ontem o termo de adesão. Na solenidade, foi apresentado o cronograma das ações que deverão ser realizadas pelo Senado até fevereiro de 2015 — como campanhas de divulgação do Estatuto da Igualdade Racial e cursos a distância no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Antes mesmo da assinatura do acordo, o Senado e a Secretaria da Igualdade Racial já haviam colocado a parceria em prática. O primeiro resultado foi a pesquisa sobre a violência contra a juventude negra, coordenada pela Secretaria de Opinião Pública do Senado e aplicada pelo DataSenado (*leia texto ao lado*).

A ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, elogiou

a realização da pesquisa. Segundo ela, dados ajudam na elaboração de políticas públicas.

José Sarney disse que é preciso agir para acabar com as desigualdades raciais:

— Desde que cheguei ao Congresso Nacional, tenho apoiado todos os movimentos a favor da igualdade racial.

O presidente do Senado citou ações dele como presidente da República (1985-1990), incluindo a criação da Fundação Palmares e o rompimento das relações culturais com a África do Sul, por causa do apartheid.

Segundo a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, o convênio firmado com a Seppir reforça iniciativas que já são realizadas internamente na Casa, como o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça: — Ainda há muito a ser feito, mas isso demonstra o compromisso do Senado com a igualdade racial.

Também participaram da solenidade os deputados federais Luiz Alberto (PT-BA), Benedita da Silva (PT-RJ) e Janete Pietá (PT-SP).

País não percebe gravidade da situação, afirma Paim

Em pronunciamento, Paulo Paim (PT-RS) falou da adesão do Senado à campanha Igualdade Racial é pra Valer, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Paim lembrou que o primeiro projeto sobre política de cotas, aprovado em 2002 no Senado, foi proposto pelo presidente da Casa, José Sarney. O PLS 650/99 previa cotas raciais no acesso a cargos e empregos públicos, à educação superior e ao financiamento estudantil.

Ele destacou o projeto — do qual é autor — que deu origem ao Estatuto da Igualdade Racial, de 2010. Essa proposta

foi relatada pela então senadora Roseana Sarney, hoje governadora do Maranhão.

O senador citou a pesquisa do DataSenado sobre a violência contra a juventude negra.

— A população, pela pesquisa, ainda não tem a percepção da gravidade dos índices [de violência contra os negros], que expressam de forma perigosa o quanto a violência e a discriminação ainda campeiam pelo Brasil.

Ele ressaltou a importância da mobilização para despertar a consciência da sociedade para o preconceito e incentivar políticas de combate à violência e à discriminação.

Assistência do Estado a menor viciado em droga

O poder público será obrigado a prestar assistência médica e psicológica a crianças e adolescentes dependentes químicos ou com problemas causados pelo uso de drogas e a promover campanhas de prevenção e combate ao uso de entorpecentes. Substitutivo da senadora Ana Amélia (PP-RS) a projeto de Eduardo Amorim (PSC-SE) com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ana Amélia argumentou que a proposta visa proteger a saúde física e mental dos jovens. Ela avaliou que o problema do abuso de drogas lícitas e ilícitas configura um “verdadeiro flagelo social”.

O projeto (PLS 408/11) segue agora para a Câmara dos Deputados.

Comissão acata regulamentação da equoterapia

Projeto que regulamenta a prática da equoterapia como método terapêutico e educacional foi aprovado em turno suplementar pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com a proposta (PLS 264/10), o cavalo será utilizado nas áreas da saúde, educação e equitação, com abordagem interdisciplinar, para a busca do desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência.

O substitutivo, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi lido pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

A utilização da equoterapia, diz o projeto, exigirá avaliação médica, psicológica e fisioterápica do paciente. Os estabelecimentos que oferecerem a terapia deverão ter alvará de funcionamento da vigilância sanitária.



Senadores se cumprimentam após aprovação, pelo Plenário, de proposta enviada ao Congresso pelo Poder Executivo

Aprovado projeto que pode reduzir lotação de presídios

Segue para sanção mudança no Código de Processo Penal que permitirá a juízes considerarem o tempo de prisão provisória no momento em que fixarem o regime inicial de prisão do condenado

O SENADO APROVOU ontem projeto de lei (PLC 93/12) que altera o Código de Processo Penal para que juízes possam considerar o tempo de prisão provisória ao fixar o regime inicial de prisão do condenado. O projeto, que pode reduzir a lotação de presídios, segue para sanção.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que atualmente compete ao juiz da execução penal — encarregado de definir o cumprimento da sentença — analisar a

possibilidade de progressão de regime (de fechado para semiaberto ou aberto) com base no tempo em que o condenado ficou preso provisoriamente.

A mudança vai permitir que esse ajuste seja feito pelo próprio juiz que condenou o acusado. Segundo Jucá, o juiz sentenciante possui, na grande maioria das vezes, todos os dados necessários para a decisão.

— Isso vai facilitar o cumprimento da pena e a liberação de pessoas que estão cumprindo

pena além do tempo previsto. Esse é um trabalho proposto pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e tem origem no Ministério da Justiça — ressaltou o senador.

Na exposição de motivos que acompanhou o projeto — enviado ao Congresso pelo Poder Executivo —, o Ministério da Justiça argumentou que o quadro atual vem gerando sofrimento desnecessário e injusto ao preso, obrigado a cumprir pena de prisão além do prazo estabelecido.

Publicidade em outdoors terá que pagar ISS

Os senadores aprovaram ontem projeto (PLC 32/12 — Complementar) que permite cobrança de Imposto Sobre Serviços (ISS) pela inserção de textos, desenhos e outros materiais de publicidade em qualquer meio de comunicação (exceto livros, jornais, periódicos, rádio e TV). Propaganda em outdoors, displays e placas modulares, entre outros dispositivos, pagará ISS. O

texto segue agora para sanção.

O autor do projeto, deputado Mendes Thame (PSDB-SP), justifica a necessidade de tratar a veiculação de textos, desenhos e outros materiais correlatos como serviço de publicidade, corrigindo assim a confusão de interpretação que existe com serviços de comunicação.

Segundo ele, a proposta está de acordo com o

entendimento do Supremo Tribunal Federal de que a veiculação deve ser tratada como serviço de publicidade, e não de comunicação.

A solução do conflito de interpretação beneficia municípios e estados, já que o serviço de comunicação é tributado pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual.

Senadores participam de conferência mundial de telecomunicações em Dubai

O Brasil deve trabalhar pela redução das tarifas internacionais durante a Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais, a ser realizada em Dubai em dezembro. A sugestão, do senador Walter Pinheiro (PT-BA), foi apresentada ontem em audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Pinheiro e o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) participarão da conferência.

Promovida pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), a conferência debaterá temas como custos de interconexão de redes e

roaming internacional.

Segundo o chefe da Assessoria Internacional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jeferson Fued Nacif, os países do Mercosul

estão próximos de um acordo para permitir a redução de tarifas cobradas em ligações para celulares durante as viagens entre os países do bloco.

O chefe da Divisão de Nego-

ciações e Serviços do Ministério das Relações Exteriores, Luiz Cesar Gasser, ressaltou a importância da participação nos debates pelo Congresso Nacional, que deverá ratificar

os acordos a serem firmados durante a conferência.

O diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia Móvel Celular, Carlos Duprat, defendeu a redução do preço de ligações em *roaming* internacional.

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) advertiu que o país só será competitivo se integrar-se plenamente à comunidade internacional no que diz respeito às telecomunicações.

O diretor de Infraestrutura e Convergência Digital da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação, Nelson Wortsman, também participou da audiência.



Eduardo Braga (C) preside audiência com representantes do governo e setor de comunicações

Doentes de câncer poderão receber auxílio do Programa Bolsa Família

Projeto do senador Cícero Lucena com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais e vai para exame da Câmara

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) que inclui as famílias de pessoas acometidas por câncer entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

A proposta (PLS 196/12), que vale para famílias pobres e limita em dois os benefícios por unidade familiar, recebeu decisão terminativa, que não precisa passar pelo Plenário, e segue para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto altera a lei que instituiu o Programa Bolsa Família (Lei 10.836/04), prevendo benefício de um salário mínimo à família que tenha membro com neoplasia maligna (câncer).



Cícero (2º à esq.) diz que doença atinge toda a família, e não só a pessoa enferma

Ao justificar o texto, Cícero ressaltou que a doença afeta toda a família, e não apenas a

pessoa enferma. Em parecer favorável, o relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), lembrou

que o padrão da incidência de câncer mudou em função de vários fatores, entre eles o envelhecimento da população.

Segundo Casildo, a doença, que há décadas acometia especialmente a população de países desenvolvidos, surge cada vez mais entre os habitantes dos países emergentes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que até 2030 haja um aumento em 75% na incidência de câncer no mundo.

— A importância do câncer como problema de saúde pública elevou-se marcadamente, pois a incidência manteve-se em elevação nos países ricos, enquanto virou epidemia nos países em desenvolvimento — disse.

Vai à Câmara projeto que amplia casos de aposentadoria por invalidez

O trabalhador com doenças ou lesões causadas pela atividade profissional pode passar a ter direito à aposentadoria por invalidez. Projeto do ex-senador Arthur Virgílio (PLS 287/10) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e será enviado à Câmara caso não haja recurso para votação em Plenário.

Pela proposta, serão motivo de aposentadoria por invalidez lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios

osteomusculares relacionados ao trabalho (Dort), além de doenças causadas por sobrecarga na coluna vertebral ou doença renal hipertensiva adquirida pelos trabalhadores em transporte rodoviário de passageiros ou de cargas.

Essas doenças podem acometer trabalhadores de bancos, processamento de dados, serviços de comunicação, comércio, metalurgia, mineração, hospitais, construção civil, gráfica.

O relator do projeto, Cícero Lucena (PSDB-PB), disse que LER/Dort são responsáveis por mais de 65% dos casos reconhecidos de incapacitação. Como o Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991) não explicita tais doenças como passíveis de aposentadoria por invalidez, hoje o segurado só pode receber auxílio-doença enquanto permanecer incapacitado, podendo ser reabilitado a qualquer momento.

Outro projeto aprovado na CAS determina que a aposentadoria por invalidez terá renda mensal de 110% do salário de benefício, acrescida de 2% por ano de contribuição. O projeto original (PLS 150/12), de Paulo Paim (PT-RS), previa 100% do salário de benefício ou valor igual ao último salário. O relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), disse que a modificação preservou interesses dos beneficiários sem desequilibrar o orçamento público.

Comissão aprova proposta que institui política de saúde na escola

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo do senador Wellington Dias (PT-PI) que institui a Política Nacional de Saúde do Escolar (Pense). A proposta foi apresentada pelo ex-deputado Lobbe Neto a partir de sugestão da estudante Martha Ramires de Souza, que participou da primeira edição do Parlamento Jovem Brasileiro, em 2004, organizado pela Câmara dos Deputados.

A intenção da jovem deputada era obrigar a realização anual de exames de acuidade visual e auditiva nos alunos do ensino fundamental da rede pública. No substitutivo, Wellington Dias ampliou a proposta para instituir política de prevenção de problemas de saúde nos estudantes da educação básica da rede pública.

Agora, a matéria segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão final.

Eficácia de medicamentos similares deverá ser comprovada

A indústria farmacêutica será obrigada a verificar a qualidade de medicamentos similares, fabricados ou não no país, para comprovação da equivalência aos genéricos. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Ao justificar o projeto (PLS 152/12), Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o assunto já está regulamentado em normas infralegais. No entanto,

observou que, para dar mais segurança jurídica, é preciso atualizar as leis vigentes. Para o autor, a proposição vai garantir que a eficácia, segurança e qualidade dos medicamentos similares sejam equivalentes às dos genéricos.

No parecer, o relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), concordou com a necessidade de atualizar a lei que trata da vigilância sanitária referente a esses produtos (Lei 6.360/76).

Aprovada a criação do Tribunal Regional Federal de Minas

O Senado aprovou, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região, com jurisdição em Minas Gerais. O objetivo da PEC 65/11, do senador Clésio Andrade (PMDB-MG), é “desafogar” o TRF da 1ª Região, que além de Minas Gerais, atende o Distrito Federal e mais 12 estados. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

A proposta foi relatada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Passa em comissão criação de cargos no TRT do Espírito Santo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o projeto (PLC 77/12) que cria cargos no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, no Espírito Santo. A pedido do senador Magno Malta (PR-ES), relator, a proposta será votada em regime de urgência no Plenário.

Na próxima reunião, quarta-feira, deve ser votado o projeto (PLS 82/12) que reabre prazo para servidores federais demitidos entre 1990 e 1992 solicitarem o retorno ao serviço público.

João Costa pede novo TRF para desafogar a 1ª Região

João Costa (PPL-TO) afirmou que o Judiciário deveria propor a criação do Tribunal



Pedro França/Agência Senado

Regional Federal da 7ª Região, para desafogar a 1ª Região, que inclui o Distrito Federal e outros estados. Segundo o senador, os desembargadores, mesmo trabalhando “de forma desumana”, não conseguem evitar o atraso nos julgamentos, o que, disse, causa insegurança jurídica.

Divergência sobre exame para o exercício da medicina



Ana Amélia preside audiência com representantes de entidades médicas

Representantes de quatro entidades que participaram de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) divergiram sobre a instituição de exame nacional de proficiência como requisito para o exercício da medicina. O debate foi sugerido pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO) para subsidiar

relatório sobre projeto que trata do tema (PLS 217/04).

O presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Geraldo Ferreira Filho, condenou a realização de um exame único ao fim do curso de Medicina, como condição para ingresso no mercado de trabalho. O representante do Conselho Federal de Medicina

(CFM), Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, levantou dúvida sobre a eficácia da avaliação.

Manifestaram-se a favor do projeto o presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp), Renato Azevedo Júnior, e o representante da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Bonamigo Filho.

Redistribuição dos royalties do petróleo divide opiniões

Aprovado na terça-feira na Câmara, o projeto que modifica a divisão de recursos do petróleo continua gerando polêmica no Senado. Representantes dos estados produtores, que se sentem prejudicados com a mudança, apontaram inconstitucionalidades no texto. E podem entrar com ação no Supremo Tribunal Federal caso a presidente Dilma Rousseff não veto a proposta.

No lado contrário, outros senadores comemoraram a decisão como um passo importante para reduzir a desigualdade entre os estados. O texto aprovado (PL 2.565/11) foi um substitutivo do senador Vital do Rêgo a proposta do senador Wellington Dias. O projeto redefine a divisão dos royalties para os poços em regime de partilha, caso do pré-sal, e altera contratos vigentes no sistema de concessão.



Plenário da Câmara, na terça, durante votação da redistribuição dos royalties, que beneficia estados não produtores: governo era contrário à proposta aprovada porque, alterando contratos em vigor, texto pode ser questionado na justiça

Magno Malta diz que decisão da Câmara foi golpe e anuncia ida ao STF

Golpe e afronta à Constituição. Assim o senador Magno Malta (PR-ES) classifica o projeto de redistribuição dos royalties. Em pronunciamento ontem, ele afirmou ter esperança de que a presidente Dilma Rousseff veto o texto. Do contrário, disse, só restará aos estados prejudicados recorrer ao STF.

— O que vai se dar neste país que não respeita contrato, e pior, viola o pacto federativo, uma cláusula pétreia na Constituição brasileira? Não entra na cabeça do mais ingênuo dos homens que o Supremo há de concordar com uma afronta feita a uma cláusula pétreia.

Segundo Malta, os representantes dos estados não produtores se valem de argumento falacioso (o de que o petróleo é de todos), deixando de esclarecer a real natureza dos royalties.

— Royalty é pagamento de passivo ambiental e de passivo social.

Ferraço pede à presidente Dilma que veto projeto aprovado pelos deputados

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) fez ontem, em Plenário, um apelo à presidente Dilma Rousseff para que veto o projeto aprovado pelos deputados. E, como Magno Malta, disse que o assunto pode acabar com uma ação no STF.

— Veta, Dilma. Em nome da justiça, em nome do pacto federativo e do compromisso com as futuras gerações brasileiras. Vamos mostrar ao mundo que somos um país com regras e que respeita os contratos assinados.

Segundo o senador capixaba, a “marcha da insensatez” começou no Senado e encontrou “porto seguro” na Câmara para “jogar por terra o espírito da necessária solidariedade federativa”.

— É do jogo democrático que a vontade da maioria seja limitada por normas constitucionais. Mas não foi o que ocorreu na votação de terça-feira, quando os direitos dos estados produtores foram violentados — afirmou.

“Maior baque já sofrido pelo Rio de Janeiro em sua história”, afirma Dornelles

A nova divisão dos royalties do petróleo é um “grande equívoco, na opinião de Francisco Dornelles (PP-RJ). Ele considerou a aprovação da matéria o “maior baque já sofrido pelo Rio de Janeiro em toda a sua história”.

Inconformado com as perdas de seu estado e de municípios fluminenses — que poderiam chegar a R\$ 105 bilhões até 2030, segundo o governo estadual —, o senador apontou uma série de falhas no projeto. A começar pela inconstitucionalidade.

— Royalty é a compensação financeira devida pelos desgastes sofridos com a exploração petrolífera. E só quem pode receber são estados e municípios produtores e confrontantes — disse ontem à Agência Senado.

Segundo o senador, o texto tem deficiências técnicas e matemáticas, já que a soma dos percentuais a serem distribuídos é superior a 100%.

Cristovam lamenta falta de recursos para educação e vê ameaça ao futuro do país

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou a aprovação pela Câmara do projeto original do Senado que redistribui os royalties do petróleo. O senador, que tem como principal bandeira a defesa da educação, esperava alterações para que os recursos fossem primordialmente destinados à área.

— A Câmara deu continuidade a projeto de lei que o Senado aprovou contra o futuro do Brasil.

O próprio Cristovam apresentou projeto priorizando a educação, junto com o ex-senador Tasso Jereissati. Mas, de acordo com sua proposta, os gastos só sairiam da rentabilidade das aplicações do fundo, e não das receitas originais.

— Mesmo quando acabasse o petróleo, o fundo ficaria ali. Seria o mesmo que transformar o poço de petróleo em um poço de dinheiro — explicou.

O senador é contra gastar os fluxos originais de receitas e fragmentar o uso em diversas áreas.

Líder do governo, Braga avalia que proposta expressa “vontade do povo brasileiro”

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse ontem, em entrevista à Agência Senado, que o texto aprovado na Câmara reflete o pensamento majoritário das forças políticas no Legislativo. E espera que a presidente Dilma sancione a proposta.

— A aprovação na Câmara demonstra claramente que há uma vontade política do povo brasileiro, por meio de seus representantes nas duas Casas, de fazer uma redistribuição dos recursos dos royalties — afirmou.

Braga admitiu que gostaria de ver aprovado o substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Zarrattini (PT-SP), que tinha o apoio do governo e atrelava totalmente os royalties a gastos em educação.

O senador considera, no entanto, que a aprovação do projeto original não inviabiliza uma revisão do tema e a ampliação de recursos para a educação, por meio de outras propostas.

Para Vanessa Grazziotin, mudança representa avanço no pacto federativo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o projeto encaminhado para sanção representa um avanço no pacto federativo ao distribuir de forma mais democrática a riqueza oriunda da exploração do petróleo.

— Não são riquezas de um estado ou município, mas do país como um todo — afirmou.

A senadora lamentou apenas a não inclusão no texto de emenda que atrelasse totalmente os royalties a gastos em educação.

Para ela, outras mudanças nas relações entre União, estados e municípios são necessárias, como revisão dos critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Vanessa cobrou ainda uma “reforma tributária mais consistente”, acrescentando que o Amazonas deverá ter tratamento diferenciado, pois o modelo de desenvolvimento do estado é baseado em incentivos fiscais.

Wellington Dias: texto encaminhado ao Executivo protege estados produtores

Autor da proposição inicial que resultou na nova política de redistribuição de royalties aprovada na Câmara, o senador Wellington Dias (PT-PI) disse que não há razão para vetos no texto.

— O projeto votado na Câmara protege o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, garantindo a eles o patamar de receitas que receberam em 2010. E isso é uma cifra de R\$ 12 bilhões — afirmou.

O projeto foi votado pelos deputados na forma de substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), texto que, desde o ano passado, aguardava a deliberação da Câmara.

Segundo Wellington, o texto aprovado mantém a essência do que deseja o governo federal, que é a mudança do regime de concessão para o regime de partilha. Ele explicou ainda que o estado ou o município que quiser poderá aplicar 100% da receita dos royalties em educação.

MP do Pasep perderá validade amanhã

A medida provisória (MP) que trata das dívidas de estados e municípios com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) não será votada pelo Senado. E, assim, perderá a validade amanhã.

Aprovada na Câmara na semana passada, a MP 574/12 foi enviada para apreciação dos senadores menos de dez dias antes de perder a vigência.

Nos casos de rejeição ou extinção da validade de uma medida provisória, o Congresso edita um decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas decorrentes do período de vigência da matéria.

Desde o ano passado, os senadores vêm criticando com frequência o tempo para o exame da maioria das MPs, pois quase todo o prazo é gasto na Câmara. O Senado chegou a aprovar a PEC 11/11, com novas regras de tramitação. No entanto, até hoje a proposta não foi votada pelos deputados.

Quando se esgota o período integral de validade de

uma MP sem que a matéria tenha sido analisada, cabe ao presidente da Mesa do Congresso — o presidente do Senado — comunicar o fato à Presidência da República e expedir ato declaratório de encerramento do prazo de vigência.

Por isso, a Mesa do Senado decidiu cumprir acordo firmado entre as lideranças partidárias e o presidente da Casa, José Sarney, para que a MP não seja lida em Plenário. A medida só será apreciada se houver um novo entendimento até amanhã.

Quando se esgota o período integral de validade de



Na presidência da sessão, Paim (E) decide cumprir acordo para não votar MP

Ministérios aguardam votação de créditos

Foi adiada para hoje a sessão do Congresso em que será retomada a votação de recursos adicionais a diversos órgãos públicos.

Ontem, não houve acordo entre as lideranças partidárias

para analisar os projetos que preveem os créditos, totalizando R\$ 4,2 bilhões.

Entre as propostas a serem votadas, está o PLN 15/12, que reserva cerca de R\$ 1,8 bilhão a quatro ministérios:

Ciência e Tecnologia, Educação, Cultura e Esporte.

Também está na pauta o PLN 21/12, que destina cerca de R\$ 1,23 bilhão aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento.

Plenário aprova empréstimos a estados

O Senado aprovou, ontem, projetos que autorizam empréstimos aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Tocantins por instituições estrangeiras. A contratação é feita com aval da União.

O PRS 62/12 permite a contratação de crédito entre o Rio de Janeiro e a Corporação Andina de Fomento (CAF). Os recursos, no valor de até US\$ 200 milhões, destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Para Minas Gerais, o PRS 61/12 autoriza empréstimo junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de até 300 milhões de euros. O destino é o Programa

de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos do Estado de Minas Gerais.

Também foi aprovado o PRS 64/12, que altera redação do PRS 58/12, sobre operação de crédito entre Minas Gerais e o banco Credit Suisse AG, no valor de até US\$ 1,3 bilhão. Nesse caso, a verba

é para financiar o Programa de Reestruturação da Dívida CRC-Cemig.

A última proposta, PRS 63/12, autoriza empréstimo de até US\$ 300 milhões do Banco Mundial (Bird) ao Tocantins. O objetivo é financiar o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável.



Delcídio do Amaral e Walter Pinheiro na CAE, que também analisou projetos

Magistrados pedem apoio em visita a Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem representantes da magistratura insatisfeitos com a proposta de reajuste de 15% em seus subsídios, oferecida pelo Executivo.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Sant’Anna, e o vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Ivanir Ireno

Júnior, pediram que Sarney interceda junto ao governo. As categorias calculam em 28,86% as perdas salariais, nos últimos cinco anos.

— Infelizmente, o Executivo tem sido pouco sensível à independência orçamentária da magistratura, cortou parte do nosso orçamento e, com isso, temos enfrentado dificuldades — disse Ivanir.

Ele explicou que os magistrados vivem apenas de

seus subsídios, pagos em parcela única, sem qualquer remuneração extra.

As entidades têm trabalhado junto aos três Poderes da União em busca de uma solução para o impasse.

— A magistratura até concorda com o parcelamento em três anos proposto pelo Poder Executivo, mas não com o índice de 15,8% — acrescentou vice-presidente da Ajufe.



“O que vai se dar neste país que não respeita contrato?”, questiona Malta



Ferraço lamenta o fato de que “marcha da insensatez” tenha começado no Senado



Dornelles cita levantamento que estima em R\$ 105 bi as perdas de seu estado até 2030



Cristovam: não priorizar educação e gastar receitas originais é queimar petróleo



Para Braga, decisão reflete o pensamento majoritário das políticas no Legislativo



“Não são riquezas de um estado ou município, mas do país”, afirma Vanessa



Wellington acredita que não há motivos para a presidente vetar o texto aprovado

Cyro Miranda elogia sugestões de especialistas

O pacto federativo atual é anacrônico e ultrapassado sob o ponto de vista econômico e político, segundo Cyro Miranda (PSDB-GO). O senador elogiou o trabalho da comissão de especialistas que apresentou ao presidente do Senado, José Sarney, proposta

de mudanças em vários textos legais. — A revisão do pacto federativo é um imperativo para romper as amarras do subdesenvolvimento — afirmou.

Cyro disse que é acertada a sugestão para que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), ligado ao Ministério da Fazenda e formado por representantes de todos os estados, possa aprovar medidas de incentivo regional por dois terços dos membros,

e não por unanimidade, como é hoje.

De acordo com Cyro, a comissão também avançou ao propor, para o cálculo da dívida dos estados, a troca do atual Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O senador também lamentou a concentração de indústrias nas Regiões Sul e Sudeste, ao defender o desenvolvimento regional.

Luiz Henrique defende juro menor para estados

Luiz Henrique (PMDB-SC) elogiou a proposta de redução da taxa de juros a ser aplicada pela União às dívidas dos estados. Incluída no pacote de projetos entregue ao presidente do Senado, José Sarney, pela comissão de especialistas sobre o pacto federativo, a proposta prevê uma taxa de 4% ao ano, em vez dos 6% a 9% atuais.

Para Luiz Henrique, a discussão é uma solução para as dívidas de estados

e municípios é oportunidade de acelerar o desenvolvimento do país. Ele lembrou que o Brasil ocupa apenas a 48ª posição no ranking mundial de competitividade e ressaltou que, para garantir um desenvolvimento sustentável, o país precisa investir 25% do PIB — hoje são 17%.

O senador também defendeu proposta de sua autoria que, disse, viabilizaria programas de investimentos pelos

estados. O PLS 335/11, que está na Comissão de Assuntos Econômicos, autoriza a União a descontar 20% dos saldos devedores de estados, Distrito Federal e municípios, desde que o montante seja investido em educação, saúde, segurança, infraestrutura e inovação e tecnologia.



Jogos Olímpicos devem movimentar todo o país

Para diretor do comitê organizador, “na verdade não há renúncia fiscal”, pois sem o evento no Rio em 2016 não existiriam os fatores geradores dos impostos de que ele é isento

AS OLIMPÍADAS E Paraolimpíadas que acontecerão no Rio de Janeiro em 2016 devem movimentar a indústria e o turismo em todo o Brasil. Segundo o presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, Carlos Arthur Nuzman, cerca de 30 milhões de itens necessários para os jogos serão comprados em todo o país e já foram aprovadas 176 instalações de treinamento pré-jogos em 18 unidades da Federação.

Nuzman e o diretor-geral do comitê, Leonardo Gryner, participaram ontem de audiência na comissão mista que faz a análise prévia da medida provisória que concede isenção tributária a bens e serviços relacionados aos jogos. Eles disseram que o comitê está aberto às empresas brasileiras para comprar os itens necessários aos eventos.

A relatora da MP 584/12 na comissão, Lídice da Mata (PSB-BA), ressaltou a preocupação de que a contratação de pessoal privilegie estrangeiros em detrimento de brasileiros. Nuzman, que também é presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, disse que a minoria será estrangeira.

De acordo com Gryner, os Jogos Olímpicos serão realizados em quatro zonas da cidade do Rio de Janeiro: Copacabana,



Senadores Lídice da Mata e José Pimentel, deputado Rodrigo Bethlem e Carlos Nuzman na Comissão Mista da MP 548/12

Barra, Deodoro e Maracanã. Segundo ele, praticamente todas as instalações para os jogos já estão construídas, porque são as mesmas dos Jogos Pan-Americanos de 2007, com exceção do velódromo. No futebol, outras cidades vão abrigar jogos na primeira fase: São Paulo, Salvador, Brasília e Belo Horizonte. Nessas cidades, serão utilizados os estádios que estão sendo construídos para a Copa do Mundo de 2014.

O uso das instalações pré-jogos será pago pelas delegações que virão no período de quatro anos que antecede os jogos. Algumas já começaram a chegar este semestre.

Gryner disse que o projeto de mobilidade urbana é ambicioso e que as obras já estão em andamento dentro do cronograma elaborado pelo comitê. A primeira fase do BRT (sistema rápido de transporte por ônibus) Transoeste já terminou e está em uso pelos cariocas. O BRT Transcarioca, que vai ligar a Barra ao Aeroporto do Galeão, e o BRT Transolímpica, que liga a Barra a Deodoro, também já estão em construção. O BRT Transbrasil deve começar a ser construído em janeiro de 2013. Segundo o diretor, as obras das linhas 1 e 2 do metrô já estão praticamente encerradas e o comitê está indo para a fase da linha 4, que já iniciou as obras.

Gryner explicou que o comitê vai lançar, mês que vem, um portal de compras e vai antecipar ao mercado o que ele precisa, para que as empresas possam se qualificar e se preparar para o início das vendas.

— A maioria das compras se dá entre 2014 e 2016, então, nós vamos avisar agora e a indústria vai ter bastante tempo para se preparar — afirmou.

Isenções

O representante da Receita Federal do Brasil, Ronaldo Medina, disse que as isenções de impostos previstas na MP 584/12 devem totalizar R\$ 3,8 bilhões, deste ano até 2016.

Gryner explicou que as isenções foram baseadas nas garantias dadas pelo país ao Comitê Olímpico Internacional (COI) na época da candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

— Não existe renúncia fiscal, na verdade, porque sem os jogos não haveria os fatores geradores desses impostos.

Renúncia de R\$ 3,8 bilhões preocupa parlamentares

O impacto da renúncia fiscal decorrente de isenções previstas na MP 584/12, para atividades ligadas aos Jogos Olímpicos de 2016, gerou questionamentos de Lídice da Mata e dos deputados Edson Santos (PT-RJ) e Vicente Cândido (PT-SP).

O representante da Receita Federal, Ronaldo Medina, informou que as isenções de R\$ 3,8 bilhões representarão, em quatro anos, renúncia de R\$ 350 milhões nos repasses aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Quando à possibilidade de desvios no uso de isenção sobre contratação de serviços, Medina explicou que haverá o cadastramento dos prestadores junto aos órgãos responsáveis pela organização das Olimpíadas, “para não haver disseminação dos pretendentes a beneficiários”.

— Serão admitidos apenas serviços diretamente relacionados à realização e organização do evento — frisou.

O mesmo controle, disse, ocorrerá na importação de bens por patrocinadores, não

havendo isenção quando se tratar de atividade comercial.

— Um patrocinador que produz refrigerante estará isento na parte dos produtos importados que serão fornecidos às pessoas que trabalham nos jogos. Mas a parte dos produtos utilizada para venda, para os negócios da empresa, não está abrangida pela medida provisória — explicou.

Na MP, está previsto um conjunto de isenções que abrangem de aquisição de

bens importados até prestação de serviços.

São beneficiários das isenções o COI e o Comitê Paraolímpico Internacional, empresas vinculadas a eles, comitês de arbitragem, empresas de mídia, patrocinadores, prestadores de serviços e voluntários dos jogos. Também ficarão isentos o Comitê Organizador dos Jogos, as empresas vinculadas a ele e seus prestadores de serviços, e os patrocinadores locais.

Medina explicou que estará desonerada a aquisição, por empresas estrangeiras ou brasileiras, de equipamentos para a cobertura jornalística dos eventos. Será necessário comprovar o uso dos bens, que terão admissão temporária por parte do fisco.

— Já a geração de imagens e os direitos de transmissão das Olimpíadas são propriedade do COI, e as emissoras locais têm a possibilidade de retransmissão — esclareceu.

Lídice questiona prestação de contas em 2018

O artigo da MP 584/12 que prevê somente para 2018 a prestação de contas quanto à renúncia fiscal, ao aumento de arrecadação, à geração de emprego e ao número de estrangeiros no país em função dos jogos foi questionado por Lídice da Mata.

Ronaldo Medina explicou que não há como fazer um balanço consolidado antes disso, uma vez que os dados de renúncia fiscal de pessoa jurídica de 2016 serão informados em declaração

de renda a ser apresentada em junho de 2017.

Outro ponto da MP discutido na audiência foi a retroatividade da isenção para as despesas efetuadas em 2012 pelo COI e pelo Comitê Rio 2016. O representante da Receita explicou que essa foi uma das garantias oferecidas pelo governo brasileiro quando o Rio concorreu a sede dos jogos.

— Se não aprovarmos a isenção retroativa, o governo federal depois precisará

aportar recursos, pois ficará um buraco no orçamento — opinou o presidente da comissão, Rodrigo Bethlem.

Quando à necessidade de os benefícios serem válidos até 2017, Medina explicou que é por causa do prazo para a desmobilização dos equipamentos e estruturas montadas para os jogos, o transporte de bens para fora do país (com gastos em seguro), e o pagamento dos responsáveis pelo fechamento de questões administrativas.

Então, não estamos tirando de nenhum imposto com que a sociedade já estivesse contando no Orçamento da União — afirmou.

O diretor-geral do comitê afirmou que, nos Jogos Pan-Americanos de 2007, para cada R\$ 1 investido, houve um impacto na economia de R\$ 2,10, dos quais um terço foi para São Paulo. Segundo ele, o Brasil, que teve 5,4 milhões de turistas em 2011, tem a meta de receber 10 milhões em 2020. O setor de turismo, que representava 4,5% do produto interno bruto (PIB) do país em 2011, deve chegar a 9,5% em 2021. Os Jogos Olímpicos devem contribuir para o alcance das metas.

Gryner avalia que o impacto dos jogos é um legado importante mesmo anos depois do evento. Ele citou o exemplo da Espanha, onde, 15 anos após os Jogos Olímpicos de 1992, houve um aumento de 16 milhões de turistas e de 3,6% em participação no PIB.

O presidente da comissão, deputado Rodrigo Bethlem (PMDB-RJ), defendeu as isenções previstas na MP.

— Se você tem a cobrança de impostos, os jogos encarecem muito e podem se inviabilizar. Com isso, todo o benefício de divulgação do país que os Jogos Olímpicos trazem acaba sendo inviabilizado — disse.

Comissão votará MP das Olimpíadas ainda este mês

A comissão mista que faz análise prévia da MP dos Jogos Olímpicos de 2016 deve concluir os trabalhos ainda em novembro. A previsão é da relatora, Lídice da Mata, que espera a votação da MP 584/12 em dezembro nos Plenários da Câmara e do Senado. Ela disse que poderá concluir o relatório na próxima semana.

A MP recebeu 64 emendas, das quais o presidente da comissão, Rodrigo Bethlem, destaca três grupos. No primeiro, estão as emendas que visam dar prioridade de compras para produtos nacionais.

— Essa prioridade não poderá ser dada em todos os casos. Por exemplo, as medalhas olímpicas são adquiridas pelo COI, para que não haja fraude — disse.

Outro grupo de emendas propõe isenções para obras do Parque Olímpico, e não apenas para importações.

Já o terceiro grupo trata da retroatividade das isenções para 2012 (o que for tributado sobre gastos em 2012 será posteriormente ressarcido).

Casildo aponta distorções no sistema eleitoral americano

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a reeleição de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos e apontou “curiosidades e anacronismos” do sistema eleitoral americano.

Casildo lembrou que a eleição é indireta, pois o presidente é escolhido por um colégio eleitoral. Apesar de o eleitor votar no candidato, o vencedor de cada estado acaba ficando com todos os votos. Por isso, existe a possibilidade de que

o candidato mais votado no país não seja eleito.

Outra distorção, disse, se refere às eleições para a Câmara. No sistema americano, as regiões são divididas em distritos e cada um deles elege um representante. Os votos destinados aos candidatos derrotados deixam de ser “representados” e é possível que um partido obtenha maioria na Casa sem ter recebido a maior parte dos votos.

— Por aqui, com nossa jovem, mas já sólida democracia, temos um sistema eleitoral que garante maior representatividade, mas, por outro lado, resulta em menor governabilidade — avaliou o senador.

Ao defender a reforma política no Brasil, Casildo sugeriu a implantação do voto distrital misto, nos moldes da Alemanha, e do voto facultativo.



Casildo sugere a adoção no Brasil do voto distrital misto e do voto facultativo

Jayme Campos refuta críticas de defensores de animais

O senador Jayme Campos (DEM-MT) rebateu críticas de associações em defesa dos animais contra emendas apresentadas por ele ao projeto de reforma do Código Penal. Ele disse ter sido mal interpretado e que suas propostas são a favor da “coerência e proporcionalidade” das penas.

Jayme Campos reafirmou sua postura de “tolerância zero” para qualquer tipo de tratamento cruel a animais. Uma de suas seis emendas, disse, suprime o artigo referente ao transporte de animais em condições inadequadas, por entender que já há várias regulamentações para a situação.

Ao justificar a segunda emenda, o senador falou

da importância de manter as regras do novo Código Penal em harmonia com “a filosofia e a normativa” da Lei de Crimes Ambientais e destacou as situações excludentes nos casos de crimes contra a fauna.

— Nos rincões de nosso país ainda existem brasileiros que dependem da caça de pequenos animais para assegurar a sua sobrevivência, caracterizando, assim, estado de especial necessidade.

Segundo Jayme Campos, é preciso estabelecer penas condizentes com a gravidade do delito. Crimes de maus-tratos de animais merecem “grande reprovação”, mas não devem ter punição superior à pena para abandono de incapaz, ressaltou.

Projeto de marco da renda básica avança no Parlatino

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou sua participação na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), em Buenos Aires, nos dias 25 e 26 de outubro.

Suplicy informou ter apresentado, com outros parlamentares, proposta em que a renda básica é definida como direito humano inalienável, com o objetivo de erradicar a pobreza e melhorar as condições de vida das pessoas. Entre



Suplicy participou de reunião do Parlamento Latino-Americano

as finalidades do instrumento, estão garantir nível básico de subsistência, proteção contra a pobreza e direito a alimentação digna.

O documento, aprovado pela comissão, ainda será apreciado pelo Plenário do Parlatino, em reunião a ser realizada no Panamá.



Obras de duplicação de rodovia em Pelotas (RS), onde o TCU encontrou indícios de irregularidades financeiras

Comissão pretende ouvir gestores de obras suspeitas

Audiências vão embasar decisões dos senadores sobre paralisações de 22 empreendimentos que apresentam indícios de irregularidades graves, segundo fiscalização do Tribunal de Contas da União

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) começa a analisar semana que vem a lista preliminar encaminhada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com 22 obras que apresentam indícios de irregularidades graves e poderão ficar de fora do Orçamento de 2013 por decisão do Congresso.

Dia 13 serão ouvidos representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Valec, da Petrobras e do TCU. Nos dias 20 e 21, para embasar as decisões da CMO, haverá audiências públicas com gestores dos empreendimentos, que vão informar quais medidas estão sendo adotadas para

correção das falhas.

Uma atualização da lista deverá ser encaminhada ao Congresso em novembro. Há empreendimentos com recomendação de paralisação, com retenção parcial de valores e os já saneados ou reclassificados. A relação também inclui pelo menos quatro novas obras, como a construção de tubovias no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Entre os empreendimentos com recomendação de paralisação, estão construções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e obras de esgotamento sanitário em Pilar (AL) e a drenagem do Tabuleiro do Martins, em Maceió; obras de abastecimento

de água em Augusto Corrêa (PA) e a construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte, em Santarém (PA).

A lista também cita as obras de controle de enchentes no Rio Poty, em Teresina; implantação e pavimentação da BR-448 (RS) e melhoria e duplicação da BR-116 (RS); conclusão das obras do Complexo Viário Baquirivu, em Guarulhos (SP) e drenagem dos córregos Canela e Borá, em São José do Rio Preto (SP); construção da Ferrovia Norte-Sul (TO), da barragem do Rio Arraias, em Arraias (TO), e de ponte sobre o Rio Araguaia na BR-153, ligando Xambioá (TO) a São Geraldo do Araguaia (PA).

Oposição pede a Procuradoria que investigue mais sobre a Delta

A bancada do PSDB que integra a CPI do Cachoeira protocolou ontem, na Procuradoria-Geral da República, representação para que sejam investigadas conexões da empreiteira Delta com pelo menos 29 empresas laranjas ligadas ao esquema que não foram investigadas pela CPI. Com 460 páginas, o documento é uma espécie de relatório paralelo que enumera práticas

ilícitas de empresas que receberam recursos da Delta.

— Os governistas concentraram em Goiás a investigação, mas a corrupção vai muito além e chega ao governo da União, passa por vários governos estaduais e governos municipais. O essencial não foi investigado pela CPI — disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

O PSDB defendia a prorrogação da comissão de inquérito



Alvaro afirma que o essencial não foi investigado pela CPI do Cachoeira

até o próximo ano, mas a CPI decidiu estender o prazo final dos trabalhos por apenas 48 dias e deverá encerrar os trabalhos em dezembro.

Simon diz ser otimista com julgamento do mensalão

Pedro Simon (PMDB-RS) disse acreditar que o Supremo Tribunal Federal corresponderá às expectativas da opinião pública no julgamento do mensalão.

— Vivemos um momento inédito no Brasil, com [a Lei da] Ficha Limpa e o julgamento do mensalão. São portas para um novo Brasil.

Quanto à CPI do Cachoeira, no entanto, o senador afirmou que o encerramento das investigações é um dos maiores escândalos já vistos na vida pública.



Pedro Simon

Mário Couto critica possível retorno de Genoíno à Câmara

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o provável retorno à Câmara dos Deputados, em janeiro, de José Genoíno (PT-SP), condenado pelo Supremo Tribunal Federal por participação no mensalão.

O senador também criticou a decisão do PT de não expulsar do partido os condenados pelo STF no caso do mensalão, como o ex-ministro José Dirceu, o “cabeça da roubalheira desse país”, disse.

— Temos de dizer, pátria amada, quem é o PT de hoje e quem era antigamente.



Mário Couto



Garibaldi cobra urgência na transposição do Rio São Francisco

Seca no Nordeste é a maior em 80 anos, diz Garibaldi Alves

Garibaldi Alves (PMDB-RN) demonstrou preocupação com a seca que atinge a Região Nordeste, em especial o Rio Grande do Norte.

O senador informou que a estiagem é a maior dos últimos 80 anos. Conforme dados do Operador Nacional do Sistema (ONS), disse, o volume das chuvas nas principais bacias da região é o pior no mesmo período. É “assustador”, afirmou, saber que em 2013 o fenômeno poderá se repetir.

— O cenário é de desolação, com escassez de água e animais morrendo.

Segundo Garibaldi Alves, o governo, por meio de medidas provisórias, já destinou recursos às áreas atingidas. Também prorrogou a bolsa-estiagem e autorizou o pagamento de duas parcelas do seguro-safra e anunciou o aumento no número de carros-pipa e a venda de milho subsidiado para a alimentação de animais.

As medidas, porém, segundo o senador, não serão suficientes. Ele lembrou que o problema da seca é crônico e demanda medidas de longo alcance, como obras que ampliem a estrutura hídrica e a distribuição de água. Ele defendeu a realização de obras para amenizar os efeitos da seca e cobrou urgência na conclusão das obras da transposição do Rio São Francisco.

Greenpeace cobra atenção às mudanças climáticas

Em audiência pública, diretor de ONG ambiental diz que Brasil perdeu a noção da urgência do problema e ouve respostas de representantes do Ministério de Minas e Energia sobre críticas

PLANOS DE ADAPTAÇÃO às mudanças climáticas e planos setoriais para redução do problema foram discutidos ontem em audiência pública da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC). Diretor de Campanhas do Greenpeace, Sérgio Leitão disse que o governo brasileiro perdeu a noção de quão urgente é o tema e dá pouca atenção à questão.

Leitão criticou os planos setoriais apresentados (transportes, energia, saúde e mobilidade urbana), afirmando que são incompletos ou pouco audaciosos. Ele citou o plano do setor energético, que prevê mais de R\$ 740 bilhões para o pré-sal e não tem planos para energia solar.

— O Brasil tem enorme potencial em energia solar e no plano não tem uma linha sequer sobre isso — afirmou.

O Plano Decenal de

Expansão de Energia 2020 foi apresentado pelo diretor do Departamento de Planejamento Energético, Paulo Cesar Magalhães Domingues, e pelo coordenador-geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético, Luís Fernando Badanhan, ambos do Ministério de Minas e Energia.

Biocombustíveis

Eles explicaram metodologias do plano e apresentaram metas de redução de gases e dos biocombustíveis. Falaram também sobre planos de expansão da energia renovável, que inclui pequenas centrais hidrelétricas, biomassa e energia eólica. O diretor do Greenpeace acusou o governo de estar diminuindo os investimentos em biocombustíveis e disse que o Brasil é o segundo pior país do G20 em eficiência energética, à frente apenas da Arábia Saudita.

Leitão criticou ainda os planos de construção de 34 hidrelétricas, principalmente na Amazônia. Para ele, o país tem alternativas para não inundar mais de 6 mil quilômetros quadrados, com prejuízos socioambientais. Domingues retrucou dizendo que o governo se preocupa com a expansão das energias renováveis.

— O Brasil tem 45% de sua matriz energética limpa e renovável. Com muito orgulho temos grandes usinas hidrelétricas e esse é o motivo da matriz energética ser limpa e renovável — afirmou.

O diretor do Greenpeace disse que a maioria dos aglomerados urbanos no país não tem estações de medição da qualidade do ar ou as tem “velhas e atrasadas”. Ele ressaltou que a poluição do ar causa ou agrava vários tipos de doenças, impactando os custos do Sistema Único de Saúde.



Presidente da comissão, Macêdo (C) ouve Badanhan (D), do governo, responder a críticas de Leitão (E), do Greenpeace

Saúde e transporte têm planos próprios

O diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Guilherme Franco Netto, expôs na audiência plano com medidas de adaptação do SUS para minimizar as vulnerabilidades da população frente aos impactos da mudança do clima. As ações incluem baixo consumo de carbono nos serviços de saúde, e Netto concordou com a necessidade de um estudo mais

aprofundado sobre o impacto financeiro dos problemas de saúde causados pela poluição atmosférica.

A chefe da Assessoria Socioambiental do Ministério dos Transportes, Katia Matsumoto Tancon, disse que o plano para o setor visa diminuição das emissões dos gases do efeito estufa e eficiência energética no transporte de cargas em ferrovias, rodovias e aquavias.

Sobre mobilidade urbana, o analista de Infraestrutura do

Ministério das Cidades, Aguiar Gonzaga Vieira da Costa, citou obras do PAC e preparativos para a Copa de 2014.

A primeira parte da audiência foi conduzida pelo relator da CMMC, Sérgio Souza (PMDB-PR). A segunda, pelo presidente da comissão, o deputado Márcio Macêdo (PT-SE). Ele cobrou do governo o estabelecimento de metas mais ousadas na diminuição das emissões de gases do efeito estufa.

Lídice defende desenvolvimento sustentável do NE

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu ontem uma atuação específica, por parte do Estado, que possibilite o desenvolvimento sustentável do Nordeste. A senadora afirmou que a região precisa passar por mudanças estruturais para que a economia alcance um dinamismo próprio, levando a importantes mudanças no perfil distributivo regional.

— Para que se possa ter uma dinâmica de desenvolvimento para o Nordeste, é preciso que o Estado tenha uma atuação voltada à questão regional, numa reversão do que ocorreu nos anos 1990 — disse.

Na avaliação de Lídice, tais mudanças estruturais precisam impactar o mercado de trabalho na região, levando ao aumento da oferta de emprego, sobretudo nas atividades agroindustriais e da agricultura familiar.

Para que esse objetivo seja atingido, assinalou, será necessária a instalação de novas universidades e de polos de tecnologia na região, bem como a ampliação de investimentos em infraestrutura de transporte e energia e a instalação de empresas que produzam matérias-primas importantes para o desenvolvimento industrial.

Conferência

A senadora comemorou a abertura, terça-feira, em Salvador, da 1ª Conferência Macrorregional de Desenvolvimento Regional do Nordeste. O objetivo é definir os princípios que vão nortear mudanças na Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Lídice também saudou a Comissão da Verdade por ter decidido investigar, em primeiro lugar, a morte do educador Anísio Teixeira.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Adiada votação de projeto sobre terras indígenas

Dúvida sobre a constitucionalidade da matéria levou a CCJ a adiar ontem a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 71/11) que obriga a União a indenizar detentores de títulos de domínio de terras indígenas expedidos até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

O questionamento foi levantado por Pedro Taques (PDT-MT) e o pedido de vista contou com a adesão de Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Eduardo Suplicy (PT-SP). A matéria deve retornar à pauta de votações da CCJ na próxima semana.

Hoje, a extinção de atos de domínio e posse de terras ocupadas por indígenas não gera direito a ações de indenização contra a União. A única hipótese de cobrança é em relação a benfeitorias em ocupação de boa-fé. A PEC não só elimina essa proibição, como estabelece o dever de a União indenizar os possuidores de títulos que os indiquem proprietários de áreas declaradas indígenas.



Mozarildo diz que autoridades hoje fazem "vista grossa" a problemas

Mozarildo: prioridade à política para a faixa de fronteira

As políticas para a faixa de fronteira e para a Amazônia "mudam ao sabor dos governos", disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador defendeu uma política permanente de Estado sobre o assunto, para garantir a continuidade das iniciativas. Mozarildo pediu a inclusão na ordem do dia do PLS 380/12, elaborado pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à CRE.

— Faço um apelo à Mesa do Senado para que agilize a apreciação desse projeto — disse.

Segundo o senador, a subcomissão, presidida por ele, ouviu, durante dois anos, especialistas e representantes dos governos federal, estaduais e municipais para diagnosticar a realidade das fronteiras do ponto de vista do desenvolvimento e da defesa.

— As autoridades fazem vista grossa e não aplicam remédios adequados a problemas como prostituição de adolescentes, tráfico de armas e drogas e carência de policiais — disse.

Proposta prevê criação de créditos que poderão ser usados em financiamentos ou transformados em títulos negociáveis em bolsa

Avança projeto que remunera agricultor que preserva floresta

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei de Eduardo Braga (PMDB-AM) que cria um sistema de redução de emissões por desmatamento e incentiva o manejo sustentável e o aumento dos estoques de carbono, conhecido como Redd+.

A iniciativa (PLS 212/11) visa estabelecer valor econômico para a "floresta em pé", criando regras que remunerem o proprietário que mantém área florestada.

Para o senador, a implantação do Redd+ contribuirá para que as florestas brasileiras sejam vistas como ativos econômicos. A medida, segundo prevê, será um estímulo para a preservação e a recuperação de áreas florestadas nas propriedades rurais, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

O país ainda não conta com um ordenamento legal para regulamentar o mercado de serviços ambientais, ou seja, a remuneração pela proteção de ecossistemas responsáveis pela manutenção da vida no planeta e das condições necessárias à produção agropecuária.



Eunício Oliveira e Pedro Taques conversam na reunião em que CCJ aprovou o projeto que incentiva preservação de floresta

Caso o Redd+ seja transformado em lei, comunidades tradicionais e agricultores individuais que preservam matas nativas poderão entrar nesse mercado e ter uma nova fonte de renda.

Bolsa de valores

Para viabilizar o mecanismo, o projeto prevê que seja instituída uma medida chamada de unidade de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (Uredd), correspondente a uma tonelada de dióxido de carbono equivalente que deixou de ser emitida com a manutenção da

floresta. As Uredds poderão ser usadas na obtenção de financiamentos ou convertidas em títulos negociáveis em bolsas de valores.

O texto prevê que o sistema seja financiado com recursos dos Fundos sobre Mudança do Clima, Amazônico, de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Florestal, além de recursos provenientes de acordos internacionais, doações e orçamentos públicos.

O relator do projeto na CCJ, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), elogiou a iniciativa e apresentou voto favorável.

Durante a tramitação do

projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11) no Senado, Eduardo Braga apresentou uma emenda para incluir o sistema de Redd+ na nova lei, mas a sugestão foi rejeitada. O texto aprovado pelos senadores incluiu outros incentivos econômicos e financeiros para preservação e recuperação de áreas florestadas, como a concessão de crédito agrícola com juros menores e prazos de pagamento maiores.

A proposta de Eduardo Braga será analisada agora pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA).

ONU discute desde 2003 mecanismo que reduz emissões

A ideia de compensar a redução de emissões de gases é discutida desde 2003 na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, mas só ganhou forma em 2005, com um mecanismo conhecido como redução de emissões por desmatamento (RED). A ele, foi acrescentado o propósito da redução da degradação florestal, visando incentivar ações em países com

florestas ameaçadas, e a sigla evoluiu para Redd.

Na COP-13, em Bali (Indonésia), o conceito foi ampliado para Redd+, abrangendo a conservação florestal, o manejo florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono.

A partir daí, surgiram por todo o mundo iniciativas de Redd+, tanto por parte de governos como de ONGs. Na maioria dos casos, como no

Brasil, as ações surgiram antes da definição de um marco regulatório para o mecanismo.

Em 2010, na COP-16, em Cancun (México), foram aprovadas as regras do Redd+. Desde então, é um mecanismo voluntário dos países em desenvolvimento da convenção quadro da ONU, com apoio técnico-financeiro de países desenvolvidos.

O Brasil trabalha para definir

sua estratégia de Redd+. O Ministério do Meio Ambiente divulgou em 2011 um documento reunindo as políticas públicas federais e estaduais, além de princípios e critérios de Redd+ propostos em consultas feitas a organizações da sociedade civil. O projeto de Braga é parte do esforço para a construção da estratégia brasileira de Redd+. (Com informações do Ministério do Meio Ambiente)

Cariri-Araripe deve virar região de desenvolvimento

A União pode receber autorização para criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (Rica), integrada por municípios do Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba. A CCJ aprovou a proposta, de Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O PLS 122/09 — Complementar também autoriza a instituição de um programa especial de desenvolvimento da região, com benefícios tributários e fiscais. Os recursos para viabilizar os programas e projetos para a Rica virão

do Orçamento da União e dos estados envolvidos.

"Sem os instrumentos fiscais e creditícios, e sem uma especial ação federal em coordenação com os quatro estados abrangidos, a região do Cariri-Araripe não conseguirá atingir seus ideais de prosperidade e desenvolvimento econômico, humano e ambiental", defendeu o relator, Cícero Lucena (PSDB-PB).

O projeto segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa.

União pode ficar com bens culturais apreendidos

Projeto que destina preferencialmente a museus federais os bens de valor cultural, artístico ou histórico apreendidos pela Receita Federal, cedidos como pagamento de dívida ou abandonados, foi aprovado pela CCJ.

Segundo o PLC 97/11, antes de serem integradas ao patrimônio da União, as obras deverão ser avaliadas pelo Ministério da Cultura, que irá decidir sobre o interesse público em sua guarda. A proposta também admite o envio desses bens a museus

municipais ou estaduais e até mesmo que a guarda e a administração sejam feitas por museus privados sem fins lucrativos que integrem o Sistema Brasileiro de Museus.

O relator, Inácio Arruda, destacou que, ao mesmo tempo em que cria um mecanismo legal para preservação do patrimônio histórico e artístico do país, a proposta procura combater o tráfico de bens culturais.

A matéria segue para decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Indústria quer benefício maior na MP que reduz tarifas de energia

Entidade diz que, com cotas de energia para mercado cativo previstas na medida, tarifas da indústria pesada caem 16%; sem cotas, 24%

A RESERVA PARA o mercado cativo, por meio de cotas, da energia de usinas hidrelétricas foi criticada ontem pelas empresas consumidoras do mercado livre. A mudança está prevista na Medida Provisória (MP) 579/12, que trata da renovação das concessões do setor de eletricidade.

No mercado cativo, o consumidor compra a energia das distribuidoras locais, com preço regulado pelo governo federal. No mercado livre, compra de comercializadores e geradores, com preço negociado entre as partes — modalidade em que se encaixam grandes consumidores, como as indústrias.

O tema foi discutido em audiência pública da comissão mista do Congresso que está analisando a medida provisória.

Isonomia

A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) defendeu uma distribuição igualitária de cotas entre o mercado livre e o mercado cativo.

Segundo o presidente da entidade, Reginaldo Medeiros, a MP promoverá uma redução de até 16% do custo da energia para o mercado livre. Com uma divisão igualitária, a queda do preço seria de 24%.

— A longo prazo, a maior parte da energia do Brasil será estabelecida por meio do regime de cotas, e o mercado livre poderá acabar — disse.

A isonomia entre os dois mercados também foi defendida pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

— Com a alocação da energia para o mercado regulado [cativo], o custo da energia no



O senador Renan Calheiros (4º à esq.) participa de audiência pública sobre a MP que reduz as tarifas de energia elétrica

mercado livre pode aumentar, tornando a MP totalmente ineficaz para a indústria — disse o presidente do conselho da Abrace, Ricardo Mendes, citando especificamente a indústria de base, que inclui os setores siderúrgico, metalúrgico e petroquímico, por exemplo.

O empresário Jorge Gerdau, conselheiro do Instituto Aço Brasil, defendeu o estabelecimento de cotas para grandes consumidores. Para ele, a “visão social” que inspira a redução nas tarifas de energia não pode perder de vista a competitividade na indústria.

Destoando dos demais participantes da audiência pública, o representante da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Roberto Moussalem, elogiou a MP e defendeu sua aprovação no Congresso o mais rápido possível, sem alterações.

Presidida pelo deputado Jilmar Tatto (PT-SP), a audiência teve a participação do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da comissão mista, e dos deputados federais Weliton Prado (PT-BA), Bernardo Santana (PR-MG), Marcos Montes (PSD-MG) e Arnaldo Jardim (PPS-SP). (Com informações da Agência Brasil)

CUT discorda de empresas e diz que decisão de Dilma é acertada

Gentil Teixeira de Freitas, dirigente da Sinergia CUT, minimizou as queixas das empresas de que o mercado livre de energia (que atende a grandes indústrias) está sendo discriminado:

— Não é possível, após nós pagarmos a construção das usinas, que esse bem fosse para o mercado livre. A presidente Dilma Rousseff fez corretamente, jogando para o mercado cativo.

O sindicalista frisou que o governo federal fez sua parte, mas os estados devem cumprir seu papel na desoneração do setor, ao reduzir o ICMS incidente sobre a eletricidade.

Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Franklin Moreira Gonçalves sugeriu medidas contra a precarização do trabalho no setor de eletricidade e propôs um regime de renovações permanentes que permita que as novas concessões também beneficiem o consumidor.

Justificando o acerto da

MP, Gonçalves argumentou que a Fiesp propusera no ano passado a redução da tarifa via licitação — o que, sublinhou, teria adiado a desoneração para 2015.

— Agora estão as dificuldades econômicas. É agora que se faz mais necessário baixar o custo Brasil — afirmou.

Fernando Garcia de Freitas, representante da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), chamou a atenção para a parcela de energia contida nos preços de mercadorias e serviços — o que constitui, em seus cálculos, 53% da energia usada pelos consumidores. Conforme avaliou, quando os produtos nacionais estão caros, os brasileiros importam energia indiretamente ao trazer mercadorias estrangeiras:

— O preço da energia afeta a sociedade no preço das mercadorias, portanto no bolso das famílias, e afeta a economia por meio dos investimentos.

ANP criará norma para evitar falta de gasolina

Em audiência no Senado sobre a falta de gasolina no Amapá, o superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Dirceu Cardoso Amorelli Junior, afirmou que a agência está elaborando uma resolução para obrigar as distribuidoras a manterem um estoque adequado de combustíveis.

Especialistas do setor de abastecimento apontaram a falta de infraestrutura e o aumento exagerado do consumo de gasolina como fatores que levaram à crise no Amapá.

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas

Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Alísio Vaz, afirmou que a situação não é exclusiva do Amapá:

— Desde 2009, o consumo de gasolina cresceu 58%, algo sem precedente na história do país.

O consumo aumentou, segundo ele, por causa da melhoria da renda da população, do maior acesso ao crédito e dos incentivos fiscais concedidos à indústria automobilística.

Ele acrescentou que o Brasil

não tem rodovias, ferrovias e portos para suportar a demanda e destacou a necessidade de o governo ouvir, na discussão do novo marco regulatório dos portos, os setores envolvidos no abastecimento.

Em relação às providências que estão sendo tomadas para o Amapá, o gerente executivo de Operações da BR Distribuidora, Jorge Celestino Ramos, afirmou que estão sendo construídas bases para descarregamento de combustível em Cruzeiro do Sul (AC) e Porto Nacional (TO). Hoje, grande parte do suprimento do Amapá vem de uma base em Belém.



Guido Silveira, Dirceu Amorelli, João Capiberibe, Jorge Ramos e Alísio Vaz

Aprovado projeto que prioriza cidade pobre em ação do BNDES

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto que dá prioridade aos municípios carentes na obtenção de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para arranjos produtivos locais (conjuntos de empresas de uma mesma cadeia produtiva que atuam de forma articulada).

O PLS 142/08 determina que o BNDES aplique os recursos segundo o índice de desenvolvimento humano (IDH) das localidades beneficiadas e estimule os arranjos produtivos locais.

O dinheiro é oriundo da arrecadação dos programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), que juntos compõem o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em seu relatório, Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou que o projeto visa tornar mais igualitária a aplicação dos recursos do BNDES. A proposta, de Renan Calheiros (PMDB-AL), recebeu decisão terminativa da CAS.

“Bolsa Família atingiu todos os objetivos”, exalta Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR) elogiou o programa Bolsa Família, que segundo ela se tornou



Pedro Franco/Agência Senado

referência mundial. A senadora destacou que, em nove anos, 80% dos alunos do ensino médio beneficiados conseguiram aprovação — mais que a média brasileira (75%). Além disso, a evasão escolar foi de 3% no ensino fundamental e de 7% no ensino médio, contra médias de 3,5% e 11,5%.

O programa, afirma Ângela, alivia a pobreza da população e eleva a presença do aluno na escola — já que o governo exige pelo menos 85% de frequência. Ela acrescentou que o Bolsa Família evita o êxodo rural e colabora com a geração de emprego.

A senadora registrou que, em 2003, o programa repassava R\$ 3,2 bilhões a 3,6 milhões de famílias. Hoje, são R\$ 20 bilhões para quase 14 milhões de famílias, gasto que representa 0,46% do produto interno bruto (PIB).

— O Bolsa Família atingiu todos os seus objetivos — comemorou.